ESTUDOS SUBALTERNOS: UMA INTRODUÇÃO*

SUBALTERN STUDIES: AN INTRODUCTION

Carlos Vinícius da Silva Figueiredo**

RESUMO: O objetivo central deste artigo é contribuir para o debate teórico-crítico sobre os Estudos da Subalternidade. Estudos esses que visam questionar o colonialismo teórico dos grandes centros e dar voz e lugar àqueles que são silenciados pelo poder hegemônico; tendo como pano de fundo a obra literária *A hora da estrela* da intelectual Clarice Lispector.

Palavras-chave: subalternidade; intelectual; Clarice Lispector.

ABSTRACT: The main objective of this work is to contribute to the theorical debate about the Subaltern Studies. These studies claim to question the theorical colonialism of the dominant countries and give place and voice to those people who are silenced by the hegemonic power; through the analyze of the book *The hour of the star* by the intellectual Clarice Lispector.

Keywords: subalternity; intellectual; Clarice Lispector.

> *Nós não temos palavras para falar sobre nossa opressão, nossa angústia, nossa amargura e nossa revolta contra o esgotamento, a estupidez, a monotonia, a falta de sentido de nosso trabalho e de nossa vida [...]. E nós não temos palavras para dizer tudo isso porque a classe dominante monopolizou não apenas o poder da tomada de decisões e da riqueza material; eles também monopolizaram a cultura e a linguagem.* (André Gorz)

> Antecedentes meus do escrever? sou um homem que tem mais dinheiro do que os que passam fome, o que faz de mim de algum modo desonesto. E só minto na hora exata da mentira. Mas quando escrevo não minto. Que mais? Sim, não tenho classe social, marginalizado que sou. (Clarice Lispector, *A hora da estrela,* p.18).

* Este artigo é parte integrante da dissertação intitulada *O direito ao grito*: a hora do intelectual subalterno em Clarice Lispector, sob a orientação do professor Dr. Edgar Cézar Nolasco.

** Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Mato Grasso do Sul, *campus* de Três Lagoas e Professor de Literatura Inglesa e Norte-americana pela mesma instituição. *E-mail*: cviniciusfigueiredo@hotmail.com.

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate crítico acerca da subalternidade, cuja temática tem sido estudada de forma sistematizada, na América Latina, pelo Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos que, por sua vez, mantém um diálogo teórico-crítico com o Grupo Sul-Asiático, ressalvadas as diferenças históricas, culturais e sociais que marcam os respectivos povos e locais.

Do Grupo Latino, sobressaem os críticos John Beverly, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez, Javier Sanjines, como os fundadores desse grupo em 1992; já, do Grupo Sul-Asiático, evidenciam-se Ranajit Guha, Gayatry Spivak e Dipesh Chakrabarty.

O termo "subalterno", do latim *subalternus*, significa 'aquele que depende de outrem: pessoa subordinada a outra'. Neste estudo, tomamos "subalterno" como expressão que se refere à perspectiva de pessoas de regiões e grupos que estão fora do poder da estrutura hegemônica; daí o conceito de subalternidade exigir um espaço territorial definido e demarcado, bem como àqueles que se encontram fora do pensamento hegemônico.

TEORIA DO SUBALTERNO: O SUL ASIÁTICO

A expressão "subalterno" começou a ser utilizada nos anos 1970, na Índia, como referência às pessoas colonizadas do subcontinente sul-asiático, e possibilitou um novo enfoque na história dos locais dominados, até então, vistos apenas do ponto de vista dos colonizadores e seu poder hegemônico. Emergiria, assim, o nome "subalternidade" que, de nome abstrato, teria seu sentido deslocado para certa concretude e visibilidade.

Os estudos subalternos, dessa forma, começaram no início dos anos de1980, com o indiano Ranajit Guha[1], como uma intervenção na historiografia sul-asiática, enquanto se tornava um modelo para o subcontinente e, rapidamente, possibilitaria uma séria crítica ao pós-colonialismo[2]. Alguns pensadores, como Ranajit Guha e Gayatry Spivak, utilizam o termo "subalterno" para se referir a grupos marginalizados; grupos esses que não possuem voz ou representatividade, em decorrência de seu *status* social. Cabe dizer que se trata de um atributo geral relacionado à subordinação da sociedade, em termos de classe, casta, idade, gênero e trabalho.

É válido lembrar, então, que uma importante prerrogativa para o desenvolvimento do Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiáticos foi reescrever a trajetória da Índia colonial de um distinto e separado ponto de vista, o das massas, promovendo

[1] Ranaj Guha editou *Subaltern Studies I-VI* (1982-89). Suas publicações incluem *A Rule of Property for Bengal*: An Essay on the Idea of Permanent Settlement (1963, 1982, 1996), *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India* (1983), e *Dominance without Hegemony:* History and Power in Colonial India. Tem atuado como professor e pesquisador em várias universidades da Índia, Inglaterra, Estados Unidos e Austrália.

[2] Pós-colonialismo refere-se a um discurso intelectual que reúne um grupo de teorias ancoradas na filosofia, ciência política e literatura; tais teorias são reações contra o legado colonial. Esse arcabouço teórico lida com a literatura produzida em países que foram colônias.

uma história alternativa com relação ao discurso oficial dos historiadores que se inscreviam na ideologia de suas alianças políticas com a *raj inglesa*[3].

Gayatri Chakravorty Spivak[4], no texto seminal "Can the subaltern speak?", também conhecida por seu empenho na questão da subalternidade, aponta para o termo "subalterno", não apenas como uma palavra clássica para o oprimido, mas como representação aos que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente, no qual o "subalterno é sempre aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já não o é"[5].

Spivak traz à tona a dualidade do termo representação, entre o "falar por" e a "representação"[6], afirma a autora que dois sentidos de:

> [...] representação estão correndo juntos: representação como "falar por", como na política e representação como "re-presentar" como na arte ou filosofia. Uma vez que a teoria também é apenas ação, o teórico não representa o (falar por) dos grupos oprimidos. [...] Este dois sentidos de representação dentro do estado de formação e da lei, por um lado, e a predição do sujeito por outro lado, estão relacionados, mas irredutivelmente descontínuas.[7]

A condição de subalternidade é a condição do silêncio, para Spivak, ou seja, o subalterno carece necessariamente de um representante por sua própria condição de silenciado. Por um lado, observa-se a divisão internacional entre a sociedade capitalista regida pela lei imperialista e, por outro, a impossibilidade de representação daqueles que estão à margem ou centros silenciados. Sobressai aí o questionamento instigante de Spivak: os subalternos podem falar? Para tanto, propõe-se a produção de uma história que represente a narrativa da verdade dos subalternos. Contribuem, para essa discussão, os questionamentos de John Beverly, que se encontram no livro *Subalternidad y representacíon* (2004).

De acordo com Spivak (1988), escrevemos como povos que tiveram a consciência formada como sujeitos coloniais e, negar isso, seria negar nossa história. Daí a

[3] British Raj refere-se à dominação inglesa no subcontinente indiano entre os anos de 1858 e 1947, na região comumente conhecida como Índia na contemporaneidade, possui áreas diretamente administradas pelo Reino Unido. Cf. <www.wikiepedia.com>. Acesso em: 10 jan. 2009.

[4] Gayatri Chakravorty Spivak (nascida em 24 de fevereiro de 1924) é uma crítica literária e teórica Indiana. É conhecida mundialmente por seu artigo "Can the subaltern speak?", considerado um texto de fundação do pós-colonialismo. Atualmente é professora e pesquisadora na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos.

[5] Todas as traduções deste trabalho são de responsabilidade do autor. SPIVAK. Can the subaltern speak?, p.275.

[6] SPIVAK. Can the subaltern speak? p.275.

[7] Two senses of representation are being run together: representation as "speaking for", as politics, and representation as "re-presentation" as in art or philosophy. Since theory is also only "action", the theoretician does not represent (speak for) the oppressed group. [...] These two senses of representation-within state formation and the law, on the one hand, and in subject-predication, on the other-are related but irreducibly discontinuous (SPIVAK. Can the subaltern speak? p.275).

autora analisar como o tema do terceiro mundo é representado pelo discurso ocidental do primeiro mundo e de que forma a produção do intelectual ocidental está atravessada pelos "interesses econômicos internacionais"[8], interpostos às leis do projeto imperialista que sufoca os marginais e não lhes dá "permissão para narrar"[9], razão de o projeto, de Spivak e de outros pesquisadores, propor rever a historiografia da Índia colonial pela perspectiva de uma cadeia descontínua das insurreições camponesas durante a ocupação colonial.

Nesse contexto, o diálogo marcado com Ranajit Guha, ressalta que:

> A historiografia do nacionalismo indiano tem sido dominada por um longo tempo pelo elitismo, colonialismo elitista e elitismo da burguesia nacionalista, [...] nacionalismo este que compartilha o preconceito do desenvolvimento de uma consciência nacionalista que confirma o processo de avanço exclusivamente ou predominantemente da elite. Nas historiografias colonialista e pós-colonialista os avanços são atribuídos a governantes coloniais ingleses, administradores, polícia, instituições, e cultura; enquanto nas obras nacionalistas e pós-nacionalistas, são atribuídas as personalidades da elite Indiana, instituições, atividades e idéias.[10]

De acordo com Carvalho (2001), a perspectiva teórica mais importante da pesquisadora indiana passa, também, pelo próprio hibridismo identitário que ela mesma faz questão de manifestar. Ao tratar do trabalho de Spivak, afirma que:

> Seu projeto teórico-político se relaciona com a sua necessidade biográfica de desfazer o duplo lugar de fala subalterna que lhe foi imposto desde a infância, como mulher numa nação colonizada.[11]

Spivak interessa-se em propor uma releitura sobre o que é tido como verdade e transportar esse debate para outro lugar, discutindo a capacidade do subalterno de representar-se. Dito de outra forma, teorizar quais são as possibilidades do subalterno de se subjetivar autonomamente.

Spivak (1988), na esteira de Derrida, reflete sobre o perigo da apropriação do outro pela assimilação, chamando a atenção para a reescrita da utopia estrutural. Por essa perspectiva, toma-se como verdade o que é dito pelo outro, fazendo que tal

[8] SPIVAK. Can the subaltern speak? p.271.

[9] Expressão utilizada por Edward Said.

[10] The historiography of Indian nationalism has for a long time been dominated by elitism-colonialist elitism and bourgeois-nationalist elitism… shar[ing] the prejudice that the making of the Indian nation and the development of the consciousness-nationalism-which confirmed this process were exclusively or predominantly elite achievements. In the colonialist and neo-colonislist historiographies these achievements are credited to British colonial rulers, administrators, policies, institutions, and culture; in the nationalist and neo-nationalist writings-to Indian elite personalities, institutions, activities and ideas. (GUHA, *apud* SPIVAK. Can the subaltern speak? p.283-284).

[11] CARVALHO. *O olhar etinográfico e a voz subalterna*, p.4.

discurso fique enraizado na consciência do mais fraco; sinteticamente, trata-se de ouvir "a voz do outro em nós"[12]. Ou seja, a representação do subalterno está atravessada pela hierarquia opressora dominante.

Para a crítica indiana, "no primeiro mundo, sob a padronização e regimentação do capitalismo socializado, embora pareça não ser reconhecida por eles"[13]. Evidencia-se, pois, o afastamento do centro com relação aos marginais, intrinsecamente enraizado no modo de viver e pensar daqueles que não podem falar, de que vai derivar o questionamento: os subalternos poderão falar em um mundo que não lhes dá o direito à voz? Arriscamo-nos aqui a dizer que não, pois são esquecidos e postos à margem do poder. Daí a necessidade de se reconceituar a relação entre Nação, Estado e povo. Cabe enfatizar que é nesse questionamento que se centra a proposta dos estudiosos subalternistas.

Spivak (1988) privilegia, em seu trabalho, o projeto feminista, refletindo sobre a consciência da mulher subalterna. Uma vez posta à margem da sociedade no contexto da produção colonial em que o homem é o dominante, a mulher subalterna não tem história e não pode falar, sendo colocada às sombras. A pesquisadora afirma que tal reflexão sobre a mulher não pode ser reduzida a uma mera questão idealista, uma vez que ignorar o debate acerca da mulher subalterna seria um gesto apolítico que, ao longo da história, tem perpetuado o radicalismo masculino. Dessa maneira, na busca por aprender a falar (ao invés de ouvir ou falar por) historicamente, "o assunto emudecido da mulher subalterna é sistematicamente esquecido pelo intelectual pós-colonial"[14].

Cabe aqui, trazermos nosso objeto de estudo para debatermos acerca da temática da mulher subalterna. Tal passagem apresenta o momento em que o senhor Raimundo, chefe da firma de representante de roldanas onde Macabéa trabalhava, avisa brutalmente que a demitirá e que só ficará com Glória, uma vez que, Macabéa errava demais, além de sujar invariavelmente o papel. Naquele momento, Macabéa em sua incapacidade de argumentação e lutar por seu direito ao grito, apenas responde "me desculpe o aborrecimento"[15]. Tal passagem nos ajuda a entender o silenciamento da mulher, frente ao poder e imposição masculina. Após ouvir as palavras de Macabéa, o chefe que já havia virado as costas, volta-se, embora a contragosto, dizendo que a despedida não seria para já e que poderia até demorar. Então o que podemos refletir sobre essa passagem? Percebe-se que o chefe mesmo depois de ser extremamente rude com Macabéa, impondo sua autoridade àquela mulher pobre e residente de um cortiço, à margem da sociedade, fica com pena, dó, ao vê-la pedindo desculpas.

A título de ilustração também podemos refletir sobre as três Marias que dividem o quarto com Macabéa, mulheres humildes, trabalhadoras e que, de acordo com

[12] […] the voice of the other in us (SPIVAK. Can the subaltern speak? p.308).

[13] […] in the First World, under the standardization and regimentation of socialized capital, thought they do not seem do recognize this (SPIVAK. Can the subaltern speak? p.283).

[14] SPIVAK. Can the subaltern speak? p.295

[15] LISPECTOR. *A hora da estrela*, p.25.

o narrador Rodrigo S.M., não fariam falta a ninguém, tal como Madama Carlota, meretriz aposentada, cartomante convertida.

Voltemos às palavras da pesquisadora indiana, ao enfatizar que "o subalterno feminino não pode ser ouvido ou lido"[16], o que implica conquistar um espaço de enunciação e garantir um lugar de discurso, ou seja, posicionar seu *locus* cultural ou *locus* discursivo em face da presença hegemônica masculina. Mais adiante, debatemos acerca do lugar, com base nas reflexões do pesquisador brasileiro Edgar Nolasco.

Concluindo seu texto, Spivak afirma que o:

> [...] subalterno não pode falar e que não há nenhuma virtude em ter a mulher nos textos globais como um item de piedade e que a intelectual feminina enquanto intelectual tem uma tarefa circunscrita da qual ela não pode se manter como um adorno.[17]

Em suma, a autora apresenta uma discussão que tem, como pano de fundo, seu país, a Índia, e, por extensão, a ideologia do Grupo de Estudos Subalternos Indianos, que procura ouvir aqueles que estão à margem e posicionar-se em relação a eles, questionando o modo como o pensamento europeu excluiu, também, numa relação de subalternidade, as demais regiões do mundo, inclusive a América Latina.

Daí, talvez, o porquê de os estudos subalternos proporem "descarrilhar e perturbar a vontade dos poderosos"[18], unidos pela preocupação de escrever a história em uma perspectiva pós-colonial, atuante e subalterna.

Para Edward Said[19], tal empenho auxilia no entendimento de que "a história indiana foi escrita por um ponto de vista colonialista e elitista, enquanto grande parte dessa história tenha sido constituída pelas classes subalternas levando, consequentemente, à necessidade de uma nova historiografia"[20]. Assim se percebe a necessidade, apontada por Said, de uma história que realmente represente o povo indiano e, por extensão, aqueles que sofreram a mesma forma de colonização, utilizando-se de fontes não convencionais ou negligenciadas, como a memória popular e o discurso oral. De acordo com o autor, esses seriam excelentes exemplos para o desenvolvimento de uma *História Alternativa*[21] ao discurso oficial.

---

[16] The subaltern as female cannot be heard or read (SPIVAK. Can the subaltern speak? p.308).

[17] The subaltern cannot speak. There is no virtue in global laundry lists with "woman" as a pious item. The female intellectual as intellectual has a circumscribed task which she must not disown with a flourish (SPIVAK. Can the subaltern speak? p.308).

[18] Definição utilizada por Walter Mignolo no livro *Histórias locais/Projetos globais*, p.271.

[19] Edward Said, nascido em novembro de 1935, foi um teórico palestino de literatura americana, crítico cultural, ativista político e um franco defensor dos direitos dos palestinos. Foi professor de inglês e Literatura Comparada na Universidade de Columbia e um dos fundadores da teoria pós-colonial. Dentre seus trabalhos, cita-se o livro *Representações do intelectual*.

[20] […] Indian history had been written from a colonialist and elitist point of view, whereas a large part of Indian history had been made by subaltern classes, and hence the need for a new historiography (SAID. *Selected subaltern studies*, p.5).

[21] Termo utilizado por Pandey no texto *Peasant Revolt and Indian Nationalism*.

O fato é que essas mudanças funcionais são extremamente radicais, mesmo que gradualmente estabelecidas, visto serem operadas somente pela força de uma crise. Uma crise que propõe uma releitura histórica, cultural e social, possibilitando a participação daqueles que, até então, estiveram silenciados pelo poder hegemônico.

Vale lembrar que essa discussão foi ratificada pelas palavras de Dipesh Chakrabarty[22], ao assegurar que a Europa continua sendo o sujeito teórico soberano de todas as histórias e, "nesse sentido, a própria história "indiana" está em posição de subalternidade. Só se podem articular posições de um assunto subalterno em nome da história"[23].

Chakrabarty (1988) também chama a atenção para o fato de que, enquanto os estudos subalternos (na Índia e sobre a Índia) permanecerem dentro do domínio da História (enquanto disciplina), eles serão subalternos, não apenas devido a seu interesse pela subalternidade, mas porque sua própria prática disciplinar é subalterna.

O pesquisador asiático, Ranajit Guha, no prefácio do livro *Selected Subaltern Studies* (1988), aponta que subalterno é um "nome para o atributo geral da subordinação na sociedade Sul Asiática enquanto é expressa em termos de classe, casta, idade, gênero e oficio ou de qualquer outra forma"[24].

Podemos inferir que a expressão, "qualquer outra forma", inclui a distinção entre educado e não educado, que a aprendizagem, na academia, e o saber profissional conferem àqueles que têm ou não acesso às informações. Eis uma forma de se verificar a fissura existente entre subalterno e dominante.

Guha (1988) define seu próprio trabalho como o estudo do fracasso histórico da nação para chegar à sua realização. O cerne de seu pensamento está na máxima de que as elites representadas pela burguesia e/ou pela administração colonial são responsáveis por criar a ideologia e a realidade do nacionalismo, ou seja, Guha está preocupado com a maneira pela qual o sentido da história é convertido em um elemento de cuidado administrativo. Afirma, o pesquisador:

> É o estudo deste fracasso histórico da própria nação, um fracasso devido à insuficiência da burguesia como também da classe trabalhadora para conduzir a uma vitória decisiva sobre o colonialismo e uma revolução burguêsa-democrática, como no século dezenove sobre da hegemonia da burguesia ou um tipo mais moderno de revolução sobre a hegemonia de trabalhadores e camponeses, que formam uma nova democracia - é o estudo deste fracasso que consti-

[22] Dipesh Chakrabarty é um historiador indiano que tem contribuido para o debate sobre a teoria pós-colonial e os estudos da subalternidade. Atualmente é professor de História e Línguas e civilização sul-asíaticas na Universidade de Chicago. Dentre seus trabalhos mais conhecidos, citam-se *Rethinking Working-Class History* e *Provincializing Europe*.

[23] CHAKRABARTY *apud* MIGNOLO. *Histórias locais/Projetos Globais*, p.279.

[24] [...] a name for the general attribute of subordination in South Asian society whether this is expressed in terms of class, caste, age, gender and office or in any other way (GUHA. *Selected subaltern studies*, p.35).

> tui a problemática central da historiografia da Índia colonial.[25]

Nessa perspectiva, o subalterno é concebido como alguém que carece de poder e de autorrepresentação. Nega-se o "reconhecimento de sujeito da história e o próprio direito a um projeto histórico totalmente próprio"[26]. Não seria exagero dizer que a reescritura da história da Índia é uma extensão da luta entre os subalternos e a elite, e entre as massas hindus e o império britânico.

Tal definição está atravessada pelos dois componentes que Guha utiliza para recuperar a especificidade cultural e política de seu país. A primeira está em "identificar a lógica das distorções na representação do subalterno na elite cultural ou oficial"; a segunda, em "descobrir as semânticas sociais das estratégias e práticas culturais das insurreições camponesas"[27].

Em outras palavras, o pesquisador indica que o subalterno é, por definição, um não registrado ou registrável, incapaz de agir como um agente histórico da ação hegemônica, ou seja, de estar presente nas dicotomias estruturais e na constituição dos heróis do drama nacional, na escrita, na literatura, na educação, nas instituições, na administração da lei e na autoridade, uma vez que tais produções estão atravessadas pelo olhar de formação do Estado.

É importante lembrar que Guha (1988) expõe o caminho para um possível entendimento sobre a relação entre subordinação e dominação:

> Nós reconhecemos certamente que a subordinação não pode ser entendida como um dos termos constitutivos da relação binária no qual o outro é o dominante, para os grupos subalternos há sempre tema para as atividades de grupos regrados, mesmo quando são rebeldes e ativistas.[28]

Para o pesquisador indiano, a categoria que define a identidade do subalterno é a negação, ou seja, uma "antítese necessária" de um sujeito dominante. Não se refere à negação "dialética" superação-conservação, mas, sim, a uma inversão. Seu projeto centra-se em recuperar ou representar o subalterno como um sujeito histórico, cuja identidade constitua-se como uma práxis chamada rebelião.

---

[25] It is the study of this historic failure of the nation to come to its own, a failure due to the inadequacy of the bourgeoisie as well as of the working class to lead it into a decisive victory over colonialism and a bourgeois-democratic revolution of either the classic nineteenth-century type under the hegemony of the bourgeoisie or a more modern type under the hegemony of workers and peasants, that's a 'new democracy'-it is the study o this failure which constitutes the central problematic of the historiography of colonial India (GUHA. *Selected subaltern studies*, p.43).

[26] SAID. *Selected subaltern studies*, p. xii

[27] […] identifying the logic of the distortions in the representation of the subaltern in the official or elite culture; and uncovering the social semiotics of the strategies and cultural practices of peasant insurgencies themselves (GUHA. *Selected subaltern studies*, p.37-43).

[28] We recognize of course that subordination cannot be understood except as one of the constitutive terms in a binary relationship of which the other is dominance, for 'subaltern groups are always subject to the activity of ruling groups, even when they rebel and rise up'. (GUHA. *Selected subaltern studies*, p.35).

O pesquisador conclui seu texto dizendo não estar só nesse embate contra o elitismo, visto saber da necessidade de novas pesquisas sobre a subalternidade na academia, apoiando, assim, o empenho daqueles que lutam pela representação das minorias.

A alternativa subalterna representa, dessa forma, um conhecimento integrativo para todas as lacunas, lapsos e ignorâncias conscientes que são apresentadas pelos líderes da cultura dominante, dando voz àqueles que convivem com a realidade opressora e desigual.

É oportuno trazer para o debate, neste momento, o que Lispector faz, em *A hora da estrela* (1977), ao reconhecer o direito de uma voz autoral que retrate a voz dos sem-vozes, bem como questionar uma suposta autoridade que estaria condenada a representar uma voz da verdade que sempre tem a nos dizer o que fazer, uma voz enraizada em um colonialismo teórico. A escritora utiliza-se de três instâncias enunciativas, relacionadas, aqui, metaforicamente: Lispector e Macabéa e, por extensão, Rodrigo S. M.

Clarice Lispector é uma intelectual que se mascara ao não se assumir enquanto tal, dando a palavra a Rodrigo S. M., o narrador-escritor-criador, que almeja transfigurar-se em sua criatura Macabéa.

Tentar representar o subalterno não é nossa intenção, pois, se o fizéssemos, estaríamos rompendo com tudo o que foi dito até então. Essa observação implica que os estudos subalternos não podem representar simplesmente um discurso "sobre" o subalterno, mas uma práxis contínua de análise e reflexão sobre essa temática.

Os estudos subalternos surgem e se desenvolvem como uma prática acadêmica num mundo contemporâneo, onde a globalização produz novos padrões de dominação e exploração, fortalecendo outros, antes estabelecidos. Respondem pela pressão sobre a universidade, a investigação e as políticas institucionais, para produzir os saberes apropriados à tarefa de compreender e administrar melhor uma classe trabalhadora transnacional e heterogênea.

Procuramos, aqui, enfocar o desenvolvimento do Grupo de Estudos Subalternos pela perspectiva Sul-Asiática e seu impulso formador em relação à comunidade indiana.

Concluímos que, mesmo tendo de se transvestir de escritor homem-Rodrigo S. (substantivo) M.(masculino)[29], e alegar que *escritora mulher pode lacrimejar piegas*, Lispector alcança o seu direito ao grito, trazendo, na agenda, a lembrança de que Macabéa não pertencia ao ambicionado clã do sul do País, mas que, apesar de tudo, pertencia a *uma resistente raça anã teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.* Ao dar vazão e voz a figuras subalternas e marginais, em outras palavras, a figuras excluídas da sociedade e da cultura dominante, *A hora da estrela* alegoriza a ornamentação que ilustra o enredo do desenvolvimento da condição sociopolítico cultural do País.

Contudo, até onde o subalterno pode ser representado? Ou, até que ponto ele quer ser representado? Uma vez que, retomando as palavras de Spivak, *subalterno é*

[29] Silviano Santiago foi quem primeiro chamou a atenção para tal denominação.

sempre aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já não o é.

Questionamentos como esses servem como mote para o desenvolvimento de futuras pesquisas e estampam o quanto a obra clariciana tem a nos oferecer. Pretendemos, no entanto, que o nosso trabalho tenha sido útil para elucidar questões inerentes aos estudos da subalternidade e, por extensão, à obra de Lispector. Talvez, seja essa uma das novas perspectivas que permita entender melhor o pensamento contemporâneo, o multiculturalismo, hegemonia cultural e, assim, repensar o lugar do *outro* em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

BEVERLEY, John. *Subalternidad y representación*: debates em teoria cultural. Trad. Mayrlene Beiza y Sergio Villalobos-Ruminott. Madri: Iberoamericana, 2004.

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, jul. 2001.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. *O direito ao grito*: a hora do intelectual subalterno em Clarice Lispector. 2009. 111f. Dissertação (Mestrado) " Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2009.

GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Selected Subaltern Studies*. New York. Oxford University Press, 1988.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / Projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NOLASCO, Edgar Cézar. Para onde os pássaros devem voar depois do último céu? In: *RAÍDO*-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD, Dourados, v. 2, n. 3, p. 65-76, jan./jun. 2008.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: Chicago Press, 1988. p. 271-313.

_____. Deconstructing Historiography. In: GUHA, Ranajit (org.). *Subaltern Studies IV:* Writings on South Asian History and Society. Trad. Ana Rebeca Prada e Silvia Rivera Cusicanqui. Delhi: Oxford University Press, 1985. p. 330-363.